



## Cooperação positiva

A. Domingues de Azevedo

**P**or diversas vezes, sobre os mais variados pretextos, com particular relevo para esta época do ano, tenho desejado aos membros férias retemperadoras do esforço desenvolvido ao longo do ano.

Terminadas as tarefas declarativas e informativas é mais do que merecido um período de descanso, sobretudo após um ano em que, pela primeira vez, foi possível avaliar o efectivo esforço que os profissionais precisam de desenvolver para o cumprimento dos prazos estabelecidos para o envio da IES.

Embora aquela nova forma de comunicação se tenha revelado de grande importância, não só para os receptores da informação, mas também para os TOC, na verdade não existia ainda uma experiência efectiva do tempo necessário para a sua preparação. Por outro lado, a Administração Fiscal, através da DGITA, não cumpriu com o que se havia comprometido no que respeita à implementação e divulgação do sistema *Web Service*, o que tem dificultado em muito o cumprimento da obrigação por parte dos profissionais.

É incompreensível que não se avance rapidamente com a implementação daquela ferramenta informática, uma vez que possibilitaria uma melhor gestão do *site* das declarações electrónicas, podendo daí resultar até uma economia, e não um aumento de custos, como por vezes ouvimos argumentar.

Na verdade, sabendo nós que o *site* funciona numa base variável, cuja banda aumenta à medida da procura, o que origina um maior custo no seu funcionamento, se através do *Web Service* se conseguisse eliminar ou reduzir substancialmente aqueles momentos de grande afluência através da gestão em horas mortas das declarações enviadas, de certeza que se conseguiria uma redução muito

significativa dos custos de funcionamento do *site*.

Aliás, o funcionamento das declarações electrónicas tem que ser concebido de forma diferente daquela como até hoje o tem sido. A Administração Fiscal é a primeira e principal beneficiada com o envio dos dados por meios electrónicos, permitindo-lhe uma qualidade e quantidade de informação que, ainda há bem pouco tempo, não era possível obter. Mas não pode menosprezar os meios e as condições em que essa informação é preparada e a forma como é enviada. Não pode ignorar que do outro lado estão profissionais com obrigações, mas também com direitos. Para que tudo funcione com harmonia, é necessário encontrar-se o ponto de equilíbrio dos interesses de todos os intervenientes.

É isso que até hoje não tem sido devidamente ponderado. É urgente que as alterações às matrizes em vigor sejam previamente analisadas e discutidas com os profissionais, para que estes possam avaliar do impacto que as modificações a introduzir possam ter no preenchimento da informação. É necessário disponibilizar, em tempo útil, e com a necessária coordenação com o quadro normativo, as matrizes de informação ou de liquidação e não, como até hoje tem acontecido, da sua disponibilização muito próximo do cumprimento das obrigações.

Estas são algumas das inúmeras questões com que nos temos vindo a debater e que julgamos dever merecer a atenção de quem decide sobre estes assuntos.

Pela nossa parte, como sempre, estamos abertos à colaboração, pois é nossa convicção que, num plano de igualdade, essa é a via capaz de nos conduzir ao desenvolvimento positivo. ■